



Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro **CONCURSO PÚBLICO** **DELEGADO DE POLÍCIA**

INSTRUÇÕES:

As páginas deste **caderno de questões** estão numeradas sequencialmente e contêm 100 questões.

ATENÇÃO !

- 1 - Verifique se a paginação deste caderno está correta.
- 2 - Verifique no **cartão de respostas** se seu nome, número de inscrição e data de nascimento estão corretos.
- 3 - Observe as recomendações impressas no **cartão de respostas**.
- 4 - Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a opção que a responde corretamente.
- 5 - Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a prova, inclusive a marcação do **cartão de respostas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**.
- 6 - Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado** no verso.
- 7 - Somente lhe será permitido retirar-se da sala após decorrida uma hora de prova. (Item 7.5 do Edital)
- 8 - Somente lhe será permitido levar seu **caderno de questões** caso permaneça em sala até decorridas quatro horas de prova. (Item 7.7 do Edital)
- 9 - Os três últimos candidatos da sala a terminarem a prova somente sairão juntos. (Item 7.6 do Edital)
- 10 - Caso necessite algum esclarecimento solicite a presença do **chefe de local**.

CALENDÁRIO

Divulgação do Gabarito: 11/09/2001 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e na internet em <http://www.nce.ufrj.br/concursos>

Recursos: 12 e 13/09/2000, das 10 às 16 h no NCE/UFRJ, Bloco C do CCMN - Cidade Universitária - Ilha do Fundão.

O recurso deve ser apresentado em papel formato A4, digitado ou datilografado, utilizando folhas separadas para cada questão e constando, em cada folha, o nome e número de inscrição do candidato.

DIREITO PENAL

1 - Antônio, analfabeto, atendendo às ordens de seu chefe, Rogério, diretor da empresa de segurança e vigilância, Vigia Perfeita, retira uma arma de fogo, calibre 38, que estava guardada dentro de um cofre e a leva para a sede social do clube Vale Tudo, nesta cidade, onde Rogério estava disputando a eleição para Presidente. Durante o percurso, no interior de um ônibus, policiais militares que realizavam uma *blitz* encontram a arma que estava numa bolsa em poder de Antônio. Apresentado o fato, o Delegado de Polícia deve lavrar:

- a) o auto de prisão em flagrante contra Antônio pela prática do crime previsto no artigo 10, *caput*, da Lei 9.437/97;
- b) o auto de prisão em flagrante contra Rogério pela prática do crime previsto no artigo 10, *caput*, da Lei 9.437/97;
- c) o auto de prisão em flagrante contra Antônio e Rogério pela prática do crime previsto no artigo 10, *caput*, da Lei 9.437/97;
- d) o auto de infração administrativo impondo uma multa à empresa, liberando Antônio em seguida sem adotar contra ele qualquer medida;
- e) o auto de prisão em flagrante contra Antônio pela prática do crime previsto no artigo 10, *caput*, da Lei 9.437/97 e instaurar inquérito contra Rogério pela prática do mesmo delito.

2 - A única hipótese de causa que afasta a culpabilidade é:

- a) erro escusável sobre a posição de garantidor;
- b) erro escusável quanto à elementar do fato;
- c) legítima defesa de terceiro;
- d) coação física irresistível;
- e) *aberratio ictus*.

3 - Para efeitos da Lei 9.605/98, **NÃO** constitui unidade de conservação:

- a) estação ecológica;
- b) parque municipal;
- c) floresta estadual;
- d) reserva extrativista;
- e) praça biológica municipal.

4 - O crime de extorsão mediante seqüestro consuma-se com:

- a) a privação da liberdade da vítima;
- b) a privação da liberdade da vítima após 24 horas;
- c) a privação da liberdade da vítima e com o pedido de resgate;
- d) o recebimento do resgate para a liberação da vítima;
- e) o recebimento do resgate após privação da liberdade por período mínimo de 24 horas.

5 - Paulo, proprietário de um restaurante nesta cidade, serve para Joaquim e sua mulher, ambos com 21 anos de idade, uma garrafa de uísque, cujas doses serão ministradas diretamente pelo casal na mesa por eles ocupada no estabelecimento comercial. Posteriormente, chega ao local um amigo do casal, André, de 17 anos, idade conhecida por Paulo, que solicita a este um copo, informando que se destina a ingerir a bebida que está sobre a mesa de Joaquim e sua mulher. O pedido de André é imediatamente atendido. A conduta de Paulo constitui:

- a) irrelevante penal;
- b) delito do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 243 da Lei 8.069/90);
- c) corrupção de menores;
- d) contravenção penal (art. 63, I da LCP);
- e) tráfico de entorpecente.

6 - Caio, sabedor da grave doença mental de Luiz, convence-o a praticar conjunção carnal com Maria, sua vizinha, de oito anos de idade. Antes da realização da conjunção, estando Maria já sem roupa, José, pai da menor, adentra o recinto e retira sua filha do local, chamando a polícia em seguida. Enquanto Luiz retirava a roupa de Maria, Caio permaneceu assistindo, visando obter satisfação pessoal. Indique o delito realizado por Caio:

- a) corrupção de menores com aumento do art. 9º da Lei 8.072/90;
- b) tentativa de estupro com aumento do art. 9º da Lei 8.072/90;
- c) atentado violento ao pudor com aumento do art. 9º da Lei 8.072/90;
- d) crime previsto no artigo 240 do Estatuto da Criança;
- e) irrelevante penal.

7 - A única hipótese que configura causa de exclusão da imputabilidade é:

- a) embriaguez culposa e completa pelo álcool;
- b) paixão;
- c) doença mental completa ao tempo da ação que gera a total incapacidade de entender o caráter ilícito do fato;
- d) ingestão voluntária de substância entorpecente que retira a plena capacidade de se autodeterminar ao tempo da ação;
- e) perturbação da saúde mental que afasta a inteira capacidade de entender o caráter ilícito do fato.

8 - Maria, pretendendo apenas usar o cordão de brilhantes de sua patroa, Joana, retira-o sem autorização, durante um final de semana em que ficou totalmente responsável pela vigilância da casa. No caminho para o baile, Mévio, mediante grave ameaça, subtrai o referido cordão e o vende para terceiro. Temendo a descoberta de sua conduta, Maria coloca no lugar onde estava o cordão uma peça idêntica, entretanto de reduzidíssimo valor econômico. Dias após, desconhecendo o fato realizado por Maria, Joana acaba por adquirir exatamente o seu próprio cordão, que estava sendo vendido numa feira livre por um baixo valor. As condutas de Maria e Joana, respectivamente, consistem de:

- a) furto de uso e receptação culposa;
- b) apropriação indébita e indiferente penal;
- c) furto qualificado e receptação culposa;
- d) furto simples e receptação culposa;
- e) furto qualificado e indiferente penal.

9 - Durante a realização de uma festa, dez pessoas consumiram cloridrato de cocaína que estava numa *bonbonnière*, ali colocada pelo próprio dono da casa, João, que por sua vez fez uso de heroína. O comportamento de João configura:

- a) tráfico de entorpecente;
- b) irrelevante penal;
- c) uso de entorpecente;
- d) uso e tráfico de entorpecente;
- e) tráfico de entorpecente com aumento de pena em decorrência da quantidade de pessoas que o consumiram.

10 - Durante os treinamentos para obtenção da carteira de motorista, na condução de um veículo da própria auto-escola, ao fazer uma manobra sob a orientação direta de seu instrutor, Ana acaba por atropelar Maria e João, que estavam na calçada, provocando em Maria lesões graves que lhe causam a morte e, em João, algumas escoriações. As condutas de Ana e do instrutor, respectivamente, constituem:

- a) homicídio culposo com aumento de pena e lesões corporais culposas com aumento de pena, na forma do concurso material para ambos;
- b) homicídio culposo com aumento de pena e lesões corporais culposas com aumento de pena, na forma do concurso formal para ambos;
- c) homicídio culposo com aumento de pena e lesões corporais culposas com aumento de pena, na forma do concurso material para ela; indiferente penal para ele;
- d) indiferente penal para ela; homicídio culposo com aumento de pena e lesões corporais culposas com aumento de pena, na forma do concurso material, para ele;
- e) homicídio culposo e lesões corporais culposas, na forma do concurso formal para ambos.

11- Roberto, fiscal de rendas do Estado, ao constatar que a empresa Alvorada estava irregular em relação às obrigações tributárias referentes ao ICMS, recebe a quantia de dez mil reais para não efetuar o lançamento do auto de infração. O comportamento de Roberto configura:

- a) concussão;
- b) prevaricação;
- c) peculato;
- d) corrupção passiva;
- e) crime contra ordem tributária.

12 - A secretária do presidente de uma empresa mundialmente conhecida ameaça fornecer à imprensa fotos e fita cassete que comprovam a prática de conjunção anal do presidente com outro homem, caso não lhe seja entregue o valor devido referente a um ano de salários atrasados, por trabalho efetuado. O delito perpetrado pela secretária consiste de:

- a) constrangimento ilegal;
- b) difamação;
- c) exercício arbitrário das próprias razões;
- d) extorsão;
- e) ameaça.

13 - Ao ser preso por portar certa quantidade de substância entorpecente para uso próprio, Lucas oferece a quantia de cinquenta reais a Flávio, policial militar, que, não concordando com a quantia, pede o dobro para não conduzi-lo à delegacia de polícia. No exato momento em que Lucas está entregando o valor acordado, o oficial de supervisão, Fábio, surpreende os dois e os leva para a delegacia de polícia, onde apresenta o fato à autoridade policial, informando que o valor apreendido foi de cinquenta reais. Indique o(s) delito(s) perpetrado(s) por Lucas, Flávio e Fábio, respectivamente, desconsiderando a posse da substância entorpecente:

- a) corrupção ativa; corrupção passiva; peculato;
- b) corrupção passiva; concussão; apropriação indébita;
- c) corrupção passiva; corrupção ativa; prevaricação;
- d) corrupção ativa; concussão; peculato;
- e) corrupção ativa; corrupção passiva; apropriação indébita.

14 - Mário, contador de várias empresas, ajusta com Luiz, caixa de um banco estadual, a prática de crime visando à obtenção de dinheiro, cabendo a este, no exercício de suas funções, autenticar as guias de pagamento de tributo com uma máquina fora de uso e efetuar o depósito dos cheques emitidos expressamente para o pagamento do imposto respectivo em contas previamente informadas por Mário. Visando não gerar suspeitas, Mário, sem informar detalhes de sua empreitada delituosa, convenceu dois amigos a abrir contas correntes em outra agência do mesmo banco como sócios de empresas "fantasmas" por ele criadas, cujos nomes já havia fornecido a Luiz, pagando aos mesmos 5% dos valores que eram sacados das contas correntes. As condutas de Mário, Luiz e dos amigos, respectivamente, configuram:

- a) apropriação indébita; peculato; falsidade ideológica;
- b) peculato e falsidade ideológica; peculato; estelionato e falsidade ideológica;
- c) estelionato; apropriação indébita; peculato;
- d) estelionato ; peculato ; apropriação indébita e falsidade ideológica;
- e) peculato e falsidade ideológica; apropriação indébita; estelionato.

15 - Os termos inicial e final da contagem do prazo na prescrição retroativa são:

- a) datas do fato e do recebimento da denúncia;
- b) datas da citação do réu e da sentença condenatória;
- c) datas da denúncia e da sentença condenatória;
- d) datas do fato e da citação válida do réu;
- e) datas do fato e da denúncia.

16 - A condição de funcionário público do agente que ilegalmente efetua disparos de arma de fogo em local público configura:

- a) causa especial de aumento de pena;
- b) indiferente penal;
- c) causa especial de diminuição de pena;
- d) agravante genérica;
- e) qualificadora.

17 - Cinco homens, fortemente armados, ingressam numa agência bancária de onde subtraem todo o dinheiro existente no cofre. Ao deixarem o estabelecimento financeiro, após três horas de intenso terror, ameaçando todas as pessoas de morte, os meliantes subtraem duas armas de fogo de dois vigilantes de empresas terceirizadas distintas e fogem do local levando o gerente, que é liberado após uma hora, quando já se encontravam em local seguro. Os meliantes cometeram o(s) crime(s) de:

- a) roubo agravado pelo emprego de arma, concurso de agentes e privação da liberdade da vítima;
- b) três roubos agravados pelo emprego de arma e concurso de agentes, em concurso formal;
- c) quadrilha armada e roubo agravado pelo emprego de arma, concurso de agentes e privação da liberdade da vítima;
- d) três roubos agravados pelo emprego de arma, concurso de agentes e privação da liberdade da vítima em concurso formal;
- e) quadrilha armada e três roubos agravados pelo emprego de arma, concurso de agentes e privação da liberdade da vítima em concurso formal.

18 - Policial civil que, após infligir forte sofrimento mental, mediante graves e reiteradas ameaças, exigindo que a vítima de um roubo reconheça determinado homem que tem certeza ser o autor do crime, comete o delito de:

- a) tortura com causa de aumento de pena;
- b) abuso de autoridade;
- c) prevaricação;
- d) tortura simples;
- e) ameaça.

19 - Ciente de que João conta apenas 17 anos de idade e de que nunca passou pelo Juizado da Infância e Juventude, Pedro convence o adolescente a segurar seu desafeto, Joaquim, a fim de lhe infligir lesões corporais, desferindo-lhe três golpes de facão em órgãos vitais, que acarretam a morte de Joaquim. Pedro responde por:

- a) homicídio simples e corrupção de menores (Lei 2.252/54);
- b) lesão corporal seguida de morte;
- c) homicídio qualificado e corrupção de menores (Lei 2.252/54);
- d) lesão corporal seguida de morte e corrupção de menores (Lei 2.252/54);
- e) homicídio qualificado.

20 - **NÃO** representa causa de exclusão da ilicitude:

- a) ingresso na residência contra a vontade do morador no momento em que há prática de crime em seu interior;
- b) abate de animal para saciar a fome da família;
- c) obrigação hierárquica;
- d) aborto necessário;
- e) prisão em flagrante efetuada por particular.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

21 - Caio, contando dezenove anos de idade, é preso em flagrante na sede da Comarca de Pirai, trazendo consigo, para uso pessoal, um pequeno envelope contendo 1,5 g de maconha. O preso é estudante e reside com os pais, que são respectivamente caseiro e empregada doméstica. A família vive há quinze anos na mesma localidade e são conhecidos e respeitados pelos demais moradores. A autoridade policial verificou, todavia, que Caio não tem condições de prestar fiança. A autoridade policial poderá adotar a seguinte medida:

- a) não lavrar auto de prisão em flagrante e não instaurar investigação criminal, limitando-se a registrar a ocorrência e entregar Caio aos pais;
- b) lavrar auto de prisão em flagrante e, obrigatoriamente, representar à autoridade judiciária, solicitando seja deferida a Caio prisão domiciliar, pois não tem poderes para determinar esta medida;
- c) lavrar auto de prisão em flagrante e determinar o recolhimento domiciliar de Caio na residência dos pais, mediante termo de responsabilidade, *ad referendum* do juiz competente, que poderá manter ou revogar o recolhimento domiciliar ou ainda conceder liberdade provisória;
- d) lavrar auto de prisão em flagrante e conceder a Caio liberdade provisória independentemente de fiança, porque Caio não tem condições de prestá-la;
- e) autuar Caio em flagrante e não arbitrar fiança, porque o crime em questão não é afiançável.

22 - Maria entra em contato com o Delegado de Polícia de Niterói e relata que seu filho, Mévio, de vinte anos de idade, que vive em sua companhia na mencionada cidade, guardou na geladeira da residência da família um pequeno envelope contendo 0,3g de cloridrato de cocaína. Segundo Maria, Mévio estaria escondendo a droga, destinada exclusivamente ao uso dele, visando assim dificultar a repressão familiar. Autorizada por Maria, a autoridade policial ingressa em sua casa e de fato apreende na geladeira o envelope de cocaína de cuja existência Maria dera notícia. Mévio está viajando e só retornará quinze dias depois. Tendo instaurado inquérito policial para apurar a conduta de Mévio, a autoridade policial dispõe, para concluí-lo, do seguinte prazo:

- a) cinco dias;
- b) dez dias;
- c) quinze dias;
- d) trinta dias;
- e) sessenta dias.

23 - Em um sábado à noite, Lúcia, enfermeira do hospital psiquiátrico Dr. PINEL, solicita a presença de policiais militares, alegando que Semprônio, paciente portador de grave distúrbio mental que o impede inteiramente de entender o caráter ilícito de seu próprio comportamento, está agredindo dolosamente o zelador Nilo. De fato, os policiais militares chegam ao hospital e flagram Semprônio ofendendo a integridade corporal de Nilo. Diante da intervenção dos milicianos, Semprônio é detido e levado, juntamente com Nilo e Lúcia, à presença da autoridade policial. Nilo imediatamente representa pelo processo criminal em face do agressor e é encaminhado a exame de corpo de delito, constatando os peritos que foram leves as lesões suportadas pela vítima. Encontrando-se suficientemente demonstradas as informações anteriores, a autoridade policial deverá:

- a) lavrar termo circunstanciado e tomar o compromisso de Semprônio, de que este comparecerá ao Juizado Especial Criminal, não impondo neste caso prisão em flagrante;
- b) lavrar termo circunstanciado e, diante da notícia de que o autor do fato é doente mental, não lhe tomar compromisso de comparecimento, arbitrando fiança;
- c) lavrar termo circunstanciado e, diante da notícia de que o autor do fato é doente mental, determinar a instauração de incidente de insanidade mental, transferindo imediatamente Semprônio para hospital de custódia e tratamento;
- d) lavrar auto de prisão em flagrante e, diante da notícia de que o autor do fato é doente mental, representar à autoridade judiciária pela instauração de incidente de insanidade mental e pela imediata transferência de Semprônio para hospital de custódia e tratamento;
- e) autuar Semprônio em flagrante e, diante da notícia de que o autor do fato é doente mental, mandar recolhê-lo à prisão e não arbitrar fiança, não lhe cabendo adotar nenhuma providência em virtude da alegada doença mental, que só pode ser objeto de apreciação pelo juiz competente após a instauração do processo criminal, providência a depender de iniciativa do Ministério Público.

24 - Em um sábado à noite, Pompílio solicita a presença de policiais militares, alegando que seu vizinho, Josafá, conhecido e temido na região por seu temperamento agressivo, o estaria ameaçando gravemente, na presença dos filhos da vítima. De fato, os policiais militares chegam ao condomínio onde vivem Pompílio e Josafá e presenciam Josafá e Manoel, cunhado de Pompílio, em concurso, ameaçarem de morte a vítima, que havia se recusado a pagar uma dívida contraída com a empresa de que são sócios Josafá e Manoel. Todos são levados à presença da autoridade policial e Pompílio representa expressamente pelo processo criminal em face de Josafá, por crime de ameaça, que é de ação pública condicionada à representação e prevê pena de detenção de um a seis meses ou multa, não se referindo a Manoel. Nesse caso, a autoridade policial:

- a) não instaurará inquérito policial, porque para isso dependeria da representação da vítima em face dos dois autores da ameaça;
- b) instaurará inquérito policial exclusivamente em relação a Josafá, uma vez que a representação não menciona Manoel;
- c) lavrará termo circunstanciado, indicando como autores do fato Josafá e Manoel, independentemente de a representação da vítima mencionar com exclusividade Josafá, tomando o compromisso de que Josafá e Manoel comparecerão ao Juizado Especial Criminal competente;
- d) não lavrará termo circunstanciado, porque seria necessário que a vítima representasse em face dos dois autores da ameaça;
- e) lavrará termo circunstanciado exclusivamente em relação a Josafá, uma vez que a representação não menciona Manoel, tomando o compromisso de que Josafá comparecerá ao Juizado Especial Criminal competente.

25 - Na manhã de segunda-feira, dia normal de trabalho, agentes penitenciários de serviço na Penitenciária de Bangu prendem em flagrante João, que estava agredindo José. Tanto João como José cumprem pena na referida instituição, condenados que foram, definitivamente, a oito anos de reclusão por tráfico de drogas. Levados à presença do Diretor da unidade, este determinou a condução do agressor, da vítima e das testemunhas para a delegacia de polícia da área, uma vez que José manifestou a vontade de representar pelo processo em face de João. Na delegacia de polícia, José ratifica a representação e é levado a exame de corpo de delito, constatando os peritos que se trata de lesão corporal de natureza leve. Diante disso, a autoridade policial:

- a) instaurará inquérito policial mediante portaria e o remeterá ao Juízo comum, uma vez que João é reincidente e com isso não poderá se beneficiar com a aplicação da Lei n. 9.099/95;
- b) lavrará termo circunstanciado e providenciará o imediato encaminhamento do autor do fato ao Juizado Especial Criminal competente;
- c) instaurará inquérito policial mediante auto de prisão em flagrante e o remeterá ao Juízo comum, uma vez que João é reincidente e não poderá se beneficiar com a aplicação da Lei n. 9.099/95;
- d) lavrará termo circunstanciado e tomará o compromisso de João de que ele se apresentará ao Juizado Especial Criminal competente no primeiro dia útil subsequente;
- e) lavrará termo circunstanciado e tomará o compromisso do Diretor da Penitenciária de que apresentará João ao Juizado Especial Criminal competente no primeiro dia útil.

26 - Uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova, a interceptação das comunicações telefônicas, decretada pelo juiz competente, a requerimento do Ministério Público, para fim de investigação criminal, NÃO poderá exceder o prazo de:

- a) cinco dias, renovável por igual tempo;
- b) dez dias, renovável por igual tempo;
- c) quinze dias, renovável por igual tempo;
- d) trinta dias, renovável por igual tempo;
- e) sessenta dias, renovável por igual tempo.

27 - Setembrino, sócio-gerente de empresa de distribuição de alimentos CACAU, desconfiado da participação de Luiz Carlos no roubo de bens da empresa, instala por conta própria escuta telefônica no aparelho de telefone convencional da CACAU, aparelho que é usado direta e exclusivamente por Luiz Carlos, empregado responsável pelo estoque da empresa. Após dois dias de escuta, Setembrino ouve e grava confissão de Luiz Carlos, no sentido de participar do roubo dos bens, fornecendo indicações ao parceiro Márcio sobre o trajeto dos carros transportadores. Na conversa, Setembrino toma conhecimento de que as mercadorias roubadas ficavam escondidas na casa de Márcio. Nesse caso, a interceptação telefônica:

- a) será válida como prova em processo penal, pois Setembrino representa o titular da linha telefônica, isto é, a empresa CACAU, e tem o direito de ouvir e gravar as conversas telefônicas travadas por meio dos telefones da empresa;
- b) não será válida como prova em processo penal porque não se admite interceptação das comunicações telefônicas para apurar crime de roubo;
- c) será válida como prova em processo penal, pois não era necessária a autorização judicial para a interceptação e gravação de conversas telefônicas pelo lesado, independentemente de quem seja o titular da linha telefônica sobre a qual tenha recaído a interceptação;
- d) não será válida como prova em processo penal porque era necessária a prévia autorização judicial para a interceptação e gravação de conversas telefônicas, para fim de investigação criminal;
- e) será válida como prova em processo penal, desde que seja confirmado o encontro das mercadorias na casa de Márcio, atestando a veracidade do conteúdo da mencionada interceptação.

28 - Em relação à interceptação das comunicações telefônicas, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) Não será admitida a interceptação das comunicações telefônicas, para fim de investigação criminal, quando não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal;
- b) Na fase de investigação criminal, a interceptação das comunicações telefônicas, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas;
- c) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal;
- d) O juiz decidirá sobre o requerimento de interceptação das comunicações telefônicas no prazo máximo de vinte e quatro horas;
- e) O requerimento de interceptação das comunicações telefônicas deverá ser formulado exclusivamente por escrito, demonstrando o requerente a presença dos pressupostos que autorizam a interceptação.

29 - Durante a investigação criminal para apurar crime de violação de direito de autor de programa de computador, a providência busca e apreensão do programa suspeito poderá ser determinada diretamente:

- a) pela autoridade policial, a requerimento do lesado, desde que tenha fundada suspeita da existência do crime;
- b) pela autoridade judiciária, a requerimento do lesado, desde que tenha fundada suspeita da existência do crime, por qualquer meio de prova;
- c) pela autoridade judiciária, a requerimento do lesado, desde que tenha fundada suspeita da existência do crime, demonstrada com exclusividade por sentença civil definitiva;
- d) pela autoridade judiciária, a requerimento do lesado, desde que tenha fundada suspeita da existência do crime, demonstrada com exclusividade por sentença civil ainda não transitada em julgado;
- e) pela autoridade judiciária, a requerimento do lesado, precedida de vistoria, podendo o juiz ordenar a apreensão das cópias produzidas ou comercializadas com violação de direito de autor.

30 - Tendo chegado ao conhecimento da autoridade policial, por meio de gravação telefônica de origem ilícita, que Caio mantém em casa jóias por ele roubadas dez dias antes, de uma empresa que comercializa peças preciosas, o Delegado de Polícia requer e obtém, da autoridade judiciária competente, exclusivamente com esse fundamento, ordem de busca e apreensão a ser executada na casa do suspeito. Ao cumprir a ordem, a autoridade policial realmente apreende parte das jóias subtraídas, além de fotografias de Tício e Mévio, que são identificados e reconhecidos pelas vítimas como co-autores do roubo. Considerando-se a tese da prova ilícita por derivação, pode-se afirmar que:

- a) as jóias subtraídas e o reconhecimento serão válidos como prova, cabendo à autoridade policial descobrir e indiciar quem gravou ilicitamente a conversa telefônica de Caio;
- b) somente o reconhecimento será válido como prova, uma vez que apenas a apreensão das jóias constituiu prova ilícita;
- c) as jóias subtraídas e o reconhecimento não serão válidos como prova, porque ambos foram derivados de prova ilícita;
- d) somente o reconhecimento não será válido como prova, porque diferentemente da apreensão das jóias, apenas o reconhecimento derivou de prova ilícita;
- e) as jóias subtraídas e o reconhecimento serão válidos como prova, se não houver outro modo de demonstrar a existência do crime e sua autoria.

31 - Ordenado na fase de inquérito, o seqüestro de bem imóvel, adquirido pelo indiciado com os proventos da infração penal:

- a) poderá ser renovado, durante o processo penal, se tiver sido levantado na fase de inquérito, pelo decurso do prazo, e houver suficientes indícios de que o bem imóvel fora adquirido com os proventos da infração;
- b) será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de trinta dias;
- c) será levantado se terceiro, fiador do acusado, prestar caução que assegure a indenização do lesado e o pagamento das despesas processuais e multa;
- d) será levantado se o réu for condenado a pena não privativa de liberdade, por sentença carente de trânsito em julgado;
- e) será levantado se não for decretada a prisão preventiva do indiciado.

32 - Miguel, de dezesseis anos de idade, é difamado por Rubem, de vinte e um anos de idade, filho do padrasto de Miguel. Ocorre que Miguel e a mãe vivem sob dependência econômica do pai de Rubem, que não deseja que seu filho seja processado. A mãe de Miguel, temendo a separação, não requer a instauração de inquérito policial e declara expressamente que não processará Rubem. O pai de Miguel é falecido e o ofendido não tem outro representante legal, salvo a mãe. Nesse caso:

- a) o menor Miguel poderá propor diretamente a ação penal privada;
- b) a ação penal privada poderá ser promovida por curador especial, nomeado, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, pelo juiz competente para o processo penal;
- c) a ação penal privada poderá ser promovida por curador especial, nomeado, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, pelo juiz da Infância e Juventude;
- d) a ação penal privada poderá ser promovida por curador especial, nomeado, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, pelo juiz da Vara de Família, competente para o processo de destituição de guarda;
- e) a ação penal privada poderá ser promovida por curador especial, nomeado, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, pelo juiz da Vara de Órfãos e Sucessões a quem coube o processo de inventário dos bens deixados pelo pai de Miguel.

33 - Em crime de exclusiva ação penal privada, é correto afirmar que:

- a) a renúncia ao direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá, não produzindo efeito, todavia, no tocante ao que a recusar;
- b) a renúncia expressa constará de declaração assinada pelo ofendido, por seu representante legal ou procurador com poderes especiais;
- c) a renúncia do representante legal do menor que houver completado dezoito anos privará este último do direito de queixa;
- d) não cabe renúncia tácita;
- e) a renúncia, no caso de ação penal privada subsidiária da pública, impede o Ministério Público de oferecer denúncia.

34 - Caio foi processado e julgado, acusado da prática de furto. Proferida sentença absolutória, por falta de prova da autoria, e tendo transitado em julgado esta sentença, chega ao conhecimento da autoridade policial, mediante novas provas, que o crime realmente ocorreu e que Caio teria empregado grave ameaça contra a pessoa da vítima. É correto afirmar que o acusado:

- a) poderá ser processado pelo crime de roubo, porque se trata de fato distinto daquele pelo qual foi processado anteriormente;
- b) poderá ser processado somente por crime de constrangimento ilegal, porque a subtração foi objeto de decisão transitada em julgado;
- c) poderá ser processado por crime de roubo, porque a decisão anterior não afirmou, categoricamente, que o réu era inocente;
- d) não poderá ser submetido a novo processo, porque foi absolvido por sentença passada em julgado, pelo mesmo fato;
- e) não poderá ser submetido a novo processo, porque o Ministério Público decaiu do direito de ação.

35 - Caio foi processado e julgado, acusado da prática de furto em concurso de pessoas. Proferida sentença absolutória, porque ficou demonstrado que a coisa móvel pertencia a Caio, e tendo transitado em julgado esta sentença, chega ao conhecimento da autoridade policial que Tício teria colaborado com Caio na subtração. Relativamente ao inquérito policial instaurado para apurar o comportamento de Tício, é correto afirmar que o juiz:

- a) extinguirá por sentença o inquérito policial, relativamente a Tício, porque a sentença definitiva do processo movido em face de Caio aproveita a todos os agentes;
- b) arquivará, de ofício, o inquérito policial, em virtude da coisa julgada;
- c) arquivará o inquérito policial, a requerimento do Ministério Público, por falta de justa causa;
- d) arquivará o inquérito policial, a requerimento do Ministério Público, em virtude da coisa julgada;
- e) arquivará o inquérito policial, a requerimento do Ministério Público, em virtude da extinção da punibilidade.

36 - Preso em flagrante por porte de um fuzil, municiado, Martins, oficial de justiça aposentado, recusa-se a assinar o auto de prisão em flagrante. Caberá à autoridade policial:

- a) nomear curador, que assinará o auto de prisão em flagrante por Martins;
- b) lavrar o auto de prisão em flagrante, desde que haja duas testemunhas da prisão;
- c) determinar a instauração de inquérito policial, independentemente de lavrar auto de prisão em flagrante, o que não poderá fazer devido à recusa do indiciado;
- d) lavrar o auto de prisão em flagrante, desde que haja duas testemunhas da leitura do auto ao indiciado, além do condutor e das testemunhas da prisão;
- e) comunicar o fato ao juiz criminal competente, que nomeará curador para assinar o auto de prisão em flagrante por Martins.

37 - Não podem ser objeto da apreensão de que trata o artigo 240 do Código de Processo Penal:

- a) as coisas ou valores que constituam proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso, mediante alienação do bem subtraído;
- b) os instrumentos de falsificação ou contrafação;
- c) os objetos falsificados ou contrafeitos;
- d) os objetos destinados à prova da infração ou à defesa do réu;
- e) as coisas achadas ou obtidas por meios criminosos.

38 - Ademir, membro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, é preso em flagrante quando guardava em sua casa de praia, na cidade de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, para fim de tráfico, dois quilos de cocaína. A autoridade judiciária competente para o processo e julgamento de Ademir é o:

- a) Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
- b) Superior Tribunal de Justiça;
- c) Juiz de Direito da Comarca de Maricá;
- d) Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- e) Juiz de Direito da Comarca de São Paulo ao qual o processo couber por livre distribuição.

39 - Nos processos por crimes praticados por organizações criminosas, de que trata a Lei 9.034/95, o prazo para encerramento da instrução criminal será de:

- a) cento e oitenta dias;
- b) oitenta e um dias, quando o réu estiver preso, e cento e vinte dias, quando solto;
- c) noventa dias;
- d) quarenta e cinco dias, quando o réu estiver preso, e noventa dias, quando solto;
- e) vinte dias, a contar do fim do prazo para a Defesa apresentar alegações preliminares.

40 - A autoridade policial somente poderá conceder liberdade provisória com fiança:

- a) nos casos de infração penal punida com pena mínima não superior a dois anos de reclusão;
- b) nos casos de infração penal punida com detenção;
- c) nos casos de infração penal contra a economia popular, salvo quando punida com reclusão;
- d) nos casos de infração penal punida com reclusão, salvo quando a mencionada infração provocar clamor público ou tenha sido cometida mediante violência ou grave ameaça à pessoa.
- e) em nenhuma hipótese poderá concedê-la.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41 - Vários autores de direito administrativo, inclusive a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, relacionam entre as causas de mutabilidade do contrato administrativo as "medidas de ordem geral, não relacionadas diretamente com o contrato, mas que nele repercutem, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em detrimento do contratado."

Essa causa de mutabilidade dos contratos administrativos denomina-se:

- a) fato da administração;
- b) interferências imprevistas;
- c) fato do príncipe;
- d) limitação administrativa;
- e) caducidade.

42 - Os atos administrativos são agrupados em razão de características comuns, formando as espécies. A licença é considerada um ato administrativo:

- a) negocial;
- b) ordinatório;
- c) enunciativo;
- d) complexo;
- e) normativo.

43 - Com relação à extinção do ato administrativo, analise as afirmativas:

- I - A revogação tem como fundamento a reavaliação de critérios de conveniência e oportunidade, produzindo efeito *ex nunc*.
- II - O Poder Judiciário não pode revogar atos praticados por outro poder.
- III - A mesma autoridade que praticou um ato administrativo não pode promover a sua revogação.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

44 - Os órgãos públicos podem ser classificados de acordo com a sua posição estatal. A Assembléia Legislativa de um Estado é considerada um órgão:

- a) independente;
- b) superior;
- c) autônomo;
- d) subordinado;
- e) de execução.

45 - A Constituição, ao tratar das garantias constitucionais, prevê a existência de ações que servem para tutela de interesses considerados relevantes. A lei disciplina a utilização destas ações, podendo, inclusive, ampliar as hipóteses de sua utilização. Para anotação, junto aos assentamentos do impetrante, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável, a ação cabível é:

- a) mandado de segurança;
- b) *habeas data*;
- c) *habeas corpus*;
- d) mandado de injunção;
- e) ação popular.

46 - De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro, a punição de suspensão NÃO poderá exceder o prazo de :

- a) 60 dias;
- b) 90 dias;
- c) 120 dias;
- d) 150 dias;
- e) 180 dias.

47 - São várias as formas de intervenção do Estado na propriedade privada. A modalidade que tem caráter geral, alcançando todos os bens que estão na situação jurídica ou de fato prevista no ato instituidor, e que gera, para os proprietários, obrigações positivas ou negativas, com o fim de condicionar o exercício de direito de propriedade ao bem estar social, é:

- a) servidão administrativa;
- b) requisição;
- c) limitação administrativa;
- d) ocupação temporária;
- e) apossamento administrativo.

48 - O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro prevê que os candidatos aprovados em concurso público estadual vão se submeter a estágio experimental que corresponde a uma etapa do concurso. O período do estágio experimental fixado no edital do concurso será:

- a) de no mínimo seis e no máximo doze meses;
- b) sempre de dois anos;
- c) sempre de três anos;
- d) de no mínimo quatro e no máximo dez meses;
- e) de no mínimo três e no máximo doze meses.

49 - O Estado pode criar entidades que formarão a Administração Pública Indireta. Uma dessas entidades tem personalidade jurídica de direito privado e capital exclusivamente público, podendo desempenhar atividades econômicas ou prestar serviços públicos. As características apresentadas são compatíveis com:

- a) autarquias;
- b) sociedades de economia mista;
- c) fundações públicas;
- d) empresas públicas;
- e) fundações autárquicas.

50 - Um dos princípios aplicáveis ao processo administrativo permite a simplificação dos atos que integram as suas diversas etapas. Esse é o princípio da/do:

- a) atualidade;
- b) eficácia;
- c) informalismo;
- d) continuidade;
- e) legalidade.

51- O exercício do poder de polícia constitui um dos fatos geradores do seguinte tributo:

- a) taxa;
- b) contribuição de melhoria;
- c) imposto;
- d) tarifa;
- e) empréstimo compulsório.

52- Com relação à estabilidade do servidor, analise as seguintes afirmativas:

- I - A estabilidade somente será adquirida após dois anos de efetivo exercício.
- II - O servidor público estadual, estável, aprovado em concurso público para outro cargo estadual, terá direito a recondução se não for aprovado no estágio experimental do novo cargo.
- III - O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I, II e III
- e) II e III

53 - Com relação à responsabilidade civil do Estado, analise as seguintes afirmativas:

- I - A teoria do risco administrativo também se aplica para as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- II - O agente público causador do dano responde objetivamente perante o Estado.
- III - A responsabilidade por dano nuclear depende da demonstração de culpa.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

54 - De acordo com a classificação dos agentes públicos, os servidores públicos são considerados agentes:

- a) administrativos;
- b) honoríficos;
- c) delegados;
- d) políticos;
- e) credenciados.

55 - Existem situações nas quais a Administração Pública ocupa um bem pertencente a um particular, sem processo regular de desapropriação, mas atribuindo destinação pública ao bem ocupado. A doutrina e a jurisprudência têm entendido que o proprietário não poderá reivindicar o bem, mas tão somente postular indenização, denominando essa situação:

- a) desapropriação indireta;
- b) retrocessão;
- c) trespasse;
- d) caducidade;
- e) investidura.

56 - Na hipótese de delegação da prestação de serviço público, o retorno do serviço ao poder concedente após o término do prazo de delegação é chamado de:

- a) reversão;
- b) encampação;
- c) caducidade;
- d) anulação;
- e) revogação.

57 - Com relação ao mandado de segurança, analise as seguintes afirmativas:

- I - A liminar terá prazo de validade de 90 dias, podendo ser prorrogada por mais 30 dias.
- II - O prazo para impetração será de 3 meses.
- III - A autoridade coatora deverá prestar informações em 10 dias.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

58 - Com relação ao controle da Administração Pública, analise as seguintes afirmativas:

- I - O controle administrativo incide sobre aspectos de mérito e de legalidade.
- II - O controle administrativo pode ser exercido de ofício ou mediante provocação.
- III - A Administração Pública pode anular atos e contratos administrativos praticados com vício, independentemente de manifestação prévia do Poder Judiciário.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

59 - Sobre a licitação, analise as seguintes afirmativas:

- I - Para alienação de bens móveis, é usada a modalidade licitatória do leilão.
- II - A inexigibilidade de licitação decorre de situações nas quais a licitação em tese seria possível, mas por avaliação do legislador ela não é realizada.
- III - A licitação não pode ser revogada, somente anulada.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

60 - O retorno ao serviço ativo do servidor que consegue anular a decisão administrativa que o demitiu é chamada de:

- a) reversão;
- b) recondução;
- c) reintegração;
- d) aproveitamento;
- e) remoção.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61 - O crescente movimento pela internacionalização da Amazônia fez com que parlamentares apresentassem à Câmara dos Deputados projeto de emenda constitucional alvitando atender àquele interesse e a matéria foi enviada para Comissão de Constituição e Justiça.

Tendo em vista o poder de reforma da Constituição Brasileira, pode-se afirmar que:

- a) a existência de limitações ao poder de reforma é incompatível com o princípio da supremacia da Constituição;
- b) a Constituição brasileira admite limitações procedimentais, circunstanciais e substanciais ao poder de reforma de seu texto;
- c) a Constituição da República apenas admite limitações explícitas ao poder de reforma de seu texto;
- d) as limitações formais ao poder de reforma indicam o caráter flexível da Constituição da República;
- e) os temas petrificados não permitem ao Poder Constituído a alteração de seu conteúdo em nenhuma hipótese.

62 - São estados de legalidade extraordinária previstos na Constituição da República Federativa do Brasil:

- a) Estado de Defesa; Estado de Sítio; Estado de Emergência;
- b) Estado Democrático de Direito; Estado de Necessidade; Estado Federal;
- c) Intervenção Econômica; Intervenção Federal; Intervenção Estadual;
- d) Intervenção Federal; Estado de Defesa; Estado de Sítio;
- e) Ressarcimento ao Erário; Suspensão de Direitos Políticos; Perda da Função Pública.

63 - A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprova projeto de lei ordinária instituindo um novo delito de trânsito com pena de reclusão cominada ao infrator. O Governador do Estado do Rio de Janeiro sanciona tacitamente o projeto, transformando-o em lei, que entra em vigor na data de sua publicação. Dias depois é conduzido à Delegacia de Polícia Civil um cidadão acusado da prática de delito previsto na referida lei.

Diante do exposto, analise a veracidade das assertivas abaixo:

- I - O Governador do Estado poderá propor ação direta de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal buscando expurgar a lei estadual do ordenamento jurídico nacional.
- II - O Delegado de Polícia está impedido de proceder lavratura do auto de prisão em flagrante uma vez que a citada lei é inconstitucional.
- III - Nesta hipótese o Defensor Público Geral do Estado poderá propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- IV - O Procurador-Geral da República poderá propor arguição de descumprimento de preceito fundamental para questionar a lei referida no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- V - Caso o Delegado de Polícia não proceda à lavratura do auto de prisão em flagrante, estará sujeito às sanções legais e disciplinares cabíveis na espécie.

A(s) assertiva(s) correta(s) é(são) somente:

- a) I e II
- b) I, III e V
- c) I e V
- d) II e IV
- e) V

64 - Quanto às duas classes de nacionalidade existentes no Direito Pátrio, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucionalmente possível que um brasileiro nato venha a ser extraditado passivamente.
- b) A norma infraconstitucional poderá estabelecer distinções de tratamento entre o brasileiro nato e o naturalizado.
- c) Não existem hipóteses de conflitos positivos de nacionalidade previstos no texto constitucional atual.
- d) A Constituição da República não permite a extradição ativa de brasileiro naturalizado.
- e) O reconhecimento de nacionalidade originária por lei estrangeira impede a manutenção da nacionalidade brasileira.

65 - Acerca da identificação criminal na Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) No texto constitucional a identificação criminal equivale à identificação civil, sendo lícito ao Delegado de Polícia Civil identificar criminalmente todos aqueles que estão civilmente identificados.
- b) As hipóteses de identificação criminal se subsumem exclusivamente ao juízo de discricionariedade do Delegado de Polícia Civil que preside o inquérito policial.
- c) A aplicação do princípio da razoabilidade permite a identificação criminal sempre que houver fundada suspeita de adulteração no documento apresentado pelo civilmente identificado.
- d) Configura ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa a identificação criminal do civilmente identificado, em qualquer hipótese.
- e) A aplicação do princípio da proporcionalidade apenas torna possível a identificação criminal na hipótese de o indiciado não estar civilmente identificado.

66 - Tendo em vista os estados de legalidade extraordinária, assinale a alternativa correta:

- a) Um dos pressupostos materiais que ensejam a decretação do Estado de Sítio é a necessidade de prontamente restabelecer, em âmbito nacional, a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional.
- b) É requisito essencial para o ensejo de um estado de legalidade extraordinária a oitiva com expressa concordância do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- c) É possível a prorrogação do Estado de Defesa a cada trinta dias e enquanto persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- d) Durante o período de vigência de um estado de legalidade extraordinária, o alcance do *habeas corpus* é suprimido.
- e) Na vigência do estado de defesa, é possível a detenção de qualquer civil em prédio militar.

67 - Tendo em vista o Princípio da Simetria Constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição da República veda expressamente que as Constituições estaduais instituem, em seu âmbito, a ação declaratória de constitucionalidade.
- b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a emenda parlamentar de membro ou comissão da Assembléia Legislativa do Estado deve guardar pertinência temática com o conteúdo do projeto de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado.
- c) A Constituição Estadual pode atribuir ao Defensor Público Geral do Estado a competência para propor representação interventiva estadual em município.
- d) A Constituição da República autoriza expressamente que o constituinte estadual institua, no seu âmbito, a ação declaratória de constitucionalidade.
- e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as constituições estaduais estão autorizadas a instituir hipóteses de intervenção estadual diversas daquelas previstas na Carta da República.

68 - Assevera o artigo 5º da Constituição da República que:

- a) as associações só podem ser dissolvidas por decisão judicial transitada em julgado;
- b) a liberdade de reunião, por ser um direito individual de expressão coletiva, está submetida a uma reserva legal simples;
- c) os tratados internacionais que versem sobre direitos e garantias fundamentais terão aplicação imediata e incondicionada em todo território nacional;
- d) o princípio da presunção da inocência ilide a prisão cautelar caso o preso não seja informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado;
- e) a interceptação de comunicação telefônica está submetida a uma reserva legal qualificada.

69 - A Constituição da República dispõe que a ordem social objetiva o bem-estar e a justiça social. Sendo a comunicação social, o meio ambiente e a proteção à infância e à adolescência indispensáveis à consecução daqueles objetivos, assinale a alternativa correta:

- a) A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade policial.
- b) Apenas as pessoas físicas ou naturais estarão sujeitas a sanções penais e administrativas em virtude da prática de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.
- c) São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos à normas da legislação especial.
- d) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em estabelecimentos mantidos pelo Poder Público, instituídos especificamente para esse fim.
- e) O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

70 - Delegado de Polícia Civil aceita trabalhar como segurança particular em uma empresa de transporte de valores. Estando de plantão em feriado prolongado, é solicitado para acompanhar um comboio com grande quantidade de numerário, o que faz utilizando uma viatura da Secretaria de Polícia Civil. Durante o trajeto vem a atropelar e matar um transeunte inocente. Diante do exposto, analise a veracidade das assertivas abaixo:

- I - Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a absolvição, transitada em julgado por insuficiência de provas, na esfera criminal, impede qualquer sanção disciplinar ou civil contra o servidor público em razão do mesmo ato.
- II - A responsabilidade administrativa será afastada no caso de absolvição criminal, transitada em julgado, que negue a existência do fato ou sua autoria.
- III - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- IV - A pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

As assertivas corretas são somente:

- a) I e II
- b) I, II e IV
- c) II, III e IV
- d) II e IV
- e) I, II, III e IV

71 - Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, se afigura lícito afirmar que uma Comissão Parlamentar de Inquérito tenha poderes para determinar a quebra de sigilo telefônico e fiscal.
- b) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao indiciado ou à testemunha em uma Comissão Parlamentar de Inquérito não se aplica o privilégio contra a auto-incriminação.
- c) Entende o Supremo Tribunal Federal que uma Comissão Parlamentar de Inquérito pode, em qualquer hipótese, decretar a prisão de qualquer pessoa relacionada ao fato investigado.
- d) O Supremo Tribunal Federal não é competente para processar e julgar o *habeas corpus* contra ato de Comissão Parlamentar de Inquérito constituída por qualquer uma das Casas do Congresso Nacional.
- e) É corrente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem como função institucional investigar irregularidades perpetradas pelo Poder Público e, se for o caso, aplicar as punições previstas em lei.

72 - Os legitimados ativos para propositura de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal são:

- a) Mesa da Assembléia Legislativa; partido político com representação na Assembléia Legislativa; Procurador Geral da República;
- b) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; entidade de classe de âmbito regional; Mesa do Senado Federal;
- c) Mesa da Câmara Legislativa; Governador do Distrito Federal; Governador de Estado;
- d) Governador de Estado; Governador do Distrito Federal; Prefeito de capital;
- e) Procurador-Geral da República; Mesa da Câmara dos Deputados; Mesa da Câmara de Vereadores.

73 - Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis à segurança pública, assinale a alternativa correta:

- a) Os estados-membros possuem competência legislativa plena para legislar acerca da segurança pública, sendo de competência da Assembléia Legislativa, em conjunto com o Governador do Estado, deliberar sobre a política de segurança.
- b) O problema da segurança pública é de âmbito nacional, tendo em vista a ponderação de interesses na Constituição, competindo portanto à União, e somente a ela, legislar sobre o tema.
- c) Acerca de garantias, direitos e deveres das polícias civis, o estado-membro limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de efetivo, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- e) Aos servidores públicos militares, incluindo os membros das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, é lícita a sindicalização, sendo vedado o direito à greve.

74 - Tendo em vista a supremacia de norma constitucional sobre as demais leis que compõem o ordenamento jurídico do Estado, assinale a afirmativa correta:

- a) Toda constituição consuetudinária exige a observância de limitações expressas para a reforma de seu texto.
- b) Entende-se como constituição outorgada aquela que é fruto da vontade popular, sendo o povo titular de fato e de direito do Poder Constituinte.
- c) Entende-se por constituição dogmática aquela cujo modo de elaboração se perpetua, confundindo-se mesmo com a lenta evolução do Estado que regula.
- d) A constituição analítica é aquela cujo texto traz apenas normas que determinam a forma de Estado, a forma de governo e os direitos fundamentais dos cidadãos.
- e) A rigidez decorre da existência de limitações implícitas e explícitas ao poder de reforma constitucional.

DIREITO CIVIL

75 - Eduardo, quatorze anos de idade, filho de pais divorciados, estando sob a guarda de sua mãe, foge do colégio durante o período do recreio e, na companhia de dois outros estudantes, lança uma pedra contra um coletivo, provocando a quebra do vidro da janela e atingindo gravemente um passageiro. Pode-se afirmar, nesse caso, que:

- a) apenas a mãe tem responsabilidade civil pelo dano causado;
- b) apenas o pai tem responsabilidade civil pelo dano causado;
- c) o pai e a mãe têm responsabilidade solidária pelo dano causado;
- d) nem o pai nem a mãe podem ser responsabilizados pelo dano causado;
- e) o pai e a mãe têm responsabilidade civil pelo dano causado, sendo que em proporções diferentes, já que a guarda era da mãe.

76 - Sérgio adquiriu um automóvel em uma revendedora, sem ter conhecimento de que o carro era produto de furto. Em posse da documentação de transferência do veículo, Sérgio não teve maiores dificuldades para regularizar sua compra, já que o chassi e os documentos tinham sido adulterados junto ao órgão competente. Com o automóvel em seu nome, devidamente vistoriado, Sérgio permaneceu utilizando-o normalmente durante três anos e quatro meses, ocasião em que foi vítima de uma colisão, tendo o veículo sido vistoriado por agentes policiais que constataram a adulteração. Apreendido o carro e apresentado a Antônio, pessoa indicada como vítima do furto e como verdadeiro proprietário do bem, é correto afirmar que:

- a) Sérgio pode alegar que passou a ser proprietário do carro em virtude de usucapião;
- b) Sérgio não pode alegar usucapião porque o prazo legal não chegou a se completar;
- c) Sérgio não pode alegar usucapião porque não propôs a competente ação;
- d) Sérgio não pode alegar usucapião porque a previsão legal não inclui veículos;
- e) Sérgio passou a ser proprietário, não em decorrência de usucapião, mas sim em virtude da compra e venda, desde o momento que conseguiu regularizar o veículo, que, inclusive, foi vistoriado.

77 - Adriano alugou para Cláudio um computador e uma impressora de propriedade de Livia, que se encontravam em seu poder em decorrência de um contrato de comodato. Ao término do prazo pactuado para a locação, Adriano notificou Cláudio para que restituísse os aparelhos, tendo Cláudio se recusado a devolver sob o argumento de que Adriano não era o proprietário do bem. Pode-se afirmar que:

- a) assiste razão a Cláudio, pois os bens somente devem ser restituídos à proprietária;
- b) Adriano somente poderá reaver os bens se estiver em companhia de Livia;
- c) Cláudio está descumprindo sem justificativa a obrigação contratual de restituir o bem locado;
- d) Adriano tem o direito de, sozinho, reaver o bem através da força física;
- e) Adriano tem o direito de, na companhia de Livia, reaver o bem através da força física.

78 - É correto afirmar que neto e avô são parentes:

- a) de segundo grau na linha reta;
- b) de terceiro grau na linha reta;
- c) por afinidade;
- d) de primeiro grau na linha reta;
- e) de terceiro grau na linha colateral.

79 - Alexandre, proprietário do imóvel serviente de uma servidão de trânsito ou passagem, inicia a construção de um muro barrando a passagem de Carlos, titular da servidão, proprietário do imóvel dominante. Considerando-se que ainda não se completou um dia do início da obra, é correto afirmar que:

- a) Carlos tem direito apenas a ser indenizado pela perda da servidão;
- b) Carlos pode se valer da auto defesa da posse, estando, contudo, impedido de ajuizar qualquer ação neste momento;
- c) Carlos pode ajuizar ação possessória, mas não tem o direito de se valer da auto defesa da posse;
- d) Carlos pode se valer da auto defesa da posse ou ajuizar ação possessória;
- e) para se valer da auto defesa da posse, Carlos tem necessariamente que ajuizar ação possessória.

80 - Fabrício, treze anos de idade, emprestou determinada quantia de dinheiro a Sandra, convencionando o prazo de uma semana para o pagamento. Vencida a dívida, Sandra não cumpriu sua obrigação. Pode-se afirmar que:

- a) o prazo prescricional somente começará a correr quando Fabrício completar dezesseis anos de idade;
- b) o prazo prescricional somente começará a correr quando Fabrício completar dezoito anos de idade;
- c) o prazo prescricional somente começará a correr quando Fabrício completar vinte e um anos de idade;
- d) o prazo prescricional começou a correr com o vencimento da obrigação;
- e) o prazo tem natureza decadencial e começou a correr a partir do vencimento da obrigação.

81 - O poder que o caseiro exerce sobre o bem que se encontra sob seus cuidados constitui:

- a) posse direta;
- b) posse indireta;
- c) mera detenção;
- d) posse justa;
- e) ato de mera permissão.

82 - Constituem exceções à natureza constitutiva do registro imobiliário para efeito de aquisição da propriedade:

- a) contrato de compra e venda e doação;
- b) usucapião e contrato de compra e venda;
- c) doação e direito hereditário;
- d) contrato de compra e venda e direito hereditário;
- e) usucapião e direito hereditário.

83 - Sávio, jovem de vinte e três anos, desaparece completamente por ocasião da queda de seu helicóptero no mar. Após dois anos de buscas, foram encontrados apenas os corpos do piloto e de um outro passageiro, bem como diversos estilhaços do veículo. Pode-se afirmar que:

- a) deve ser declarada judicialmente a ausência de Sávio;
- b) deve ser declarada judicialmente a morte presumida de Sávio;
- c) deve ser declarada judicialmente a morte real de Sávio;
- d) Sávio deve ser considerado juridicamente vivo, até cinco anos após o acidente;
- e) Sávio deve ser considerado juridicamente vivo, até três anos após o acidente.

84 - No direito brasileiro, o constituto possessório expressamente convencionado:

- a) transmite de imediato a posse para o adquirente;
- b) transmite a posse para o adquirente apenas quando a coisa lhe é entregue de fato;
- c) somente transmite a posse após o pagamento integral do preço;
- d) não produz qualquer efeito quanto à posse da coisa;
- e) transmite a posse para o adquirente após o decurso do prazo legal de dois anos da celebração da avença.

85 - Marcelo construiu, em uma praça pública, um pequeno barraco de alvenaria onde se encontra morando há um ano e dez dias. Pode-se afirmar que o poder público municipal:

- a) somente poderá retirá-lo do local mediante ação possessória, tendo direito a liminar;
- b) somente poderá retirá-lo do local mediante ação reivindicatória;
- c) somente poderá retirá-lo do local mediante ação possessória, não tendo direito a liminar;
- d) não pode mais retirá-lo do local;
- e) independe de ação judicial para retirá-lo do local, já que se trata de mera detenção.

86 - No direito brasileiro, o negócio jurídico realizado por um menor com quinze anos de idade é:

- a) inexistente;
- b) anulável;
- c) inexistente e anulável;
- d) nulo;
- e) válido.

87 - Na hipótese de coisa alheia perdida, o inventor:

- a) adquire de imediato o domínio do bem;
- b) adquire o domínio do bem após trinta dias da comunicação do fato à autoridade competente, desde que ninguém se apresente reclamando a propriedade;
- c) não adquire a propriedade do bem, e deve entregá-lo à autoridade competente no lugar;
- d) adquire o bem por usucapião após seis meses de uso;
- e) adquire o bem por usucapião após um ano de uso.

88 - Um homem de vinte e um anos de idade que não teve o seu registro de nascimento realizado:

- a) não existe juridicamente como pessoa;
- b) é pessoa plenamente capaz;
- c) é pessoa relativamente incapaz;
- d) é pessoa absolutamente incapaz;
- e) não será considerado pessoa, nem mesmo se for registrada.

MEDICINA LEGAL

89 - Uma pessoa sofre fratura do fêmur por queda, em sua residência. Necessita permanecer internada por 3 meses em um hospital, em razão de complicações infecciosas decorrentes da permanência no leito, vindo a falecer de pneumonia. O médico plantonista do hospital firma a declaração de óbito e libera o cadáver para sepultamento. Sabendo do fato, o delegado da jurisdição do hospital manda sustar o enterro. Em relação a esse caso, é correto afirmar que:

- a) a ação do delegado não tem respaldo legal, já que a causa da morte foi pneumonia;
- b) o médico agiu apoiado no exercício regular do direito profissional;
- c) a morte se deu por concausa superveniente independente;
- d) o médico só descumpriu norma ética, cuja verificação foge da alçada policial;
- e) o delegado agiu corretamente por se tratar de morte violenta.

90 - Os fabricantes de armas de fogo são capazes de aumentar ou de diminuir a quantidade de energia cinética transferida para o alvo pelos projéteis. Para isso, usam de artifícios vários na sua construção. Analise os fatores a seguir: 1) ponta mole 2) ponta afilada 3) baixa deformabilidade 4) ponta oca 5) ponta aplanada 6) forma aerodinâmica 7) alta rotação 8) fenestração da camisa metálica na ponta.

Contribuem para o aumento do poder de parada de um projétil somente os seguintes fatores:

- a) 1,2,3,5
- b) 1,2,6,7
- c) 1,4,5,8
- d) 2,4,6,8
- e) 3,4,5,7

91 - Na guerra entre bandos de traficantes de drogas, é comum o uso de armas de guerra tais como fuzis AR-15 e AK-47. Sabendo-se que o primeiro usa projéteis de 5,56mm, pesando 3,6 g, disparados a 977m/seg; e que o outro usa projéteis de 7,62mm, pesando 7,9g, disparados a 710m/seg, assinale a afirmativa INCORRETA relativa às lesões por eles produzidas no corpo humano:

- a) Os orifícios de entrada de ambos podem ter diâmetro menor, igual ou maior que o seu calibre.
- b) Ambos formam cavidades temporárias pulsáteis ao longo do trajeto.
- c) Os projéteis do AR-15 apresentam maior tendência a se fragmentar ao longo do trajeto.
- d) As lesões de saída do AR-15 têm diâmetro menor que as do AK-47.
- e) O diâmetro das lesões de saída de ambos depende do comprimento do trajeto.

92 - Com o advento da era dos transplantes de órgãos vitais, o diagnóstico de morte passou a ser revisto e discutido por cientistas e por legisladores. No plano conceitual, foi necessário estabelecer as diferenças entre morte celular, morte tecidual, morte encefálica, morte cortical e morte aparente. A respeito desses conceitos, é correto afirmar que:

- a) o momento da morte celular pode ser determinado pelas alterações vistas ao microscópio eletrônico;
- b) o miocárdio de vítima de infarto pode ter aspecto normal sob microscopia óptica e eletrônica;
- c) morte aparente refere-se ao coma profundo, com respiração assistida por aparelhos;
- d) a morte cortical foi adotada como critério pelo Conselho Federal de Medicina;
- e) a ausência de ondas no eletroencefalograma é prova suficiente de morte encefálica.

93 - O princípio da *actio libera in causa* adotado na avaliação da imputabilidade penal em casos de embriaguez:

- a) aplica-se apenas aos casos da embriaguez pré-ordenada;
- b) isenta de responsabilidade as pessoas que cometem crimes em estado de embriaguez;
- c) justifica a imputabilidade de quem comete delitos sob estado de embriaguez;
- d) é a base da isenção de pena na embriaguez fortuita;
- e) não se aplica aos casos de embriaguez culposa.

94 - Os acidentes fatais pela eletricidade são mais comuns em circuitos de alta tensão, mas também ocorrem nas residências, onde a voltagem é baixa. Analise as circunstâncias a seguir: 1) ausência de fio terra nos eletrodomésticos; 2) associação em paralelo com o condutor; 3) sudorese intensa nas mãos; 4) presença de calosidades nas mãos por trabalho braçal; 5) patologias prévias como epilepsia; 6) associação em série com o condutor; 7) amperagem em torno de 75 a 100mA; 8) fluxo de corrente de 1 a 2 A por alguns segundos.

Favorecem a ocorrência de acidentes fatais domésticos somente as seguintes circunstâncias:

- a) 1,2,4,7
- b) 1,3,6,7
- c) 1,4,6,8
- d) 2,3,5,8
- e) 2,5,6,8

95 - Entre os riscos profissionais dos mergulhadores estão a doença de descompressão e a embolia traumática pelo ar, que ocorrem quando há uma subida rápida ao nível do mar. Ambas resultam de fenômenos de ordem física que levam à formação de bolhas gasosas em determinados setores do organismo. Contudo, o mecanismo de produção das lesões, a clínica e o prognóstico são diferentes. Apenas na doença de descompressão:

- a) o gás carbônico é o maior constituinte das bolhas;
- b) as bolhas obstruem o fluxo de sangue arterial;
- c) os sintomas principais são dores articulares;
- d) ocorre rotura de septos alveolares nos pulmões;
- e) a formação das bolhas é explicada pela lei física da cinética dos gases, de Boyle-Mariotte.

96 - O erro essencial quanto à pessoa, referido nos artigos 218 e 219 do Código Civil, é reconhecido quando há, entre outras condições, o chamado "defeito físico irremediável", que pode ser exemplificado por:

- a) impotência *generandi*;
- b) esterilidade feminina;
- c) pseudo-hermafroditismo masculino interno;
- d) azoospermia;
- e) atresia vaginal.

97 - Analise as alterações a seguir: 1) manchas de Tardieu 2) enfisema aquoso 3) pele anserina 4) cogumelo de espuma 5) diferença de densidade entre o sangue das aurículas direita e esquerda 6) presença de corpos estranhos na traquéia e brônquios principais 7) manchas de Paltauf 8) lesões de arrastamento.

As alterações indicativas de morte por afogamento são apenas:

- a) 1,2,5,8
- b) 1,3,6,8
- c) 2,3,4,7
- d) 2,4,5,7
- e) 3,4,6,7

98 - Sabendo-se que o crime de infanticídio pode ocorrer durante ou logo após o parto, é possível provar que um feto que não respirou estava vivo durante o parto através de:

- a) docimásia óptica de Bouchut;
- b) presença da bossa serosa occipital;
- c) docimásia auricular;
- d) docimásia gastrointestinal de Breslau;
- e) exame da placenta e do cordão umbilical.

99 - O artigo 26 do Código Penal Brasileiro adotou o critério bio-psicológico para a avaliação da imputabilidade penal. Tal critério consiste em:

- a) diagnosticar doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado no acusado;
- b) determinar que a alteração mental do agente é capaz de impedir o entendimento da ilicitude;
- c) estabelecer nexo de causalidade entre a alteração mental do criminoso e o delito;
- d) aferir o grau de periculosidade do agente;
- e) provar que o agente não entendia a ilicitude, ou não tinha capacidade de autodeterminação no momento do crime.

100 - Quando se examina um menor supostamente submetido a maus-tratos, é comum que os responsáveis aleguem ser a criança muito desatenta e assim tropeçar e cair com frequência. Contudo, no exame direto, os peritos podem colher dados que desmascaram a tentativa de esconder a verdade. Nesse sentido, o elemento mais importante é:

- a) presença de lesões traumáticas em fases distintas de evolução;
- b) predominância de lesões dos membros;
- c) multiplicidade de lesões traumáticas;
- d) multiplicidade de agentes causais nas lesões;
- e) atitude excessivamente tímida.

Realização



**Núcleo de
Computação
Eletrônica**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

COORDENAÇÃO DE CONCURSOS - (021) 2598-3333

Internet: <http://www.nce.ufrj.br/concursos>

e-mail: certames@nce.ufrj.br